



DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.36111>

## NO TEMPO DOS CIGANOS: NOMADISMOS E RESISTÊNCIAS ENTRE CIGANOS CALON

### IN THE TIME OF THE GYPSIES: NOMADISM AND RESISTANCE AMONG CALON GYPSIES

**Greycy Kelle de Andrade Cardoso** (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES),  
**Mariana Bonomo** (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)

**RESUMO:** O estudo teve como objetivo refletir sobre as trajetórias de um grupo cigano e suas práticas sociais de defesa e manutenção de seu modo de vida e identidade étnica. Através de um estudo qualitativo, de natureza descritivo-exploratória, foram realizados registros em diário de campo durante imersão no acampamento cigano e entrevistas com membros da comunidade. As análises foram desenvolvidas por meio do debate sobre questões históricas e dilemas atuais, trajetórias e contextualização do grupo cigano na região, vivência cotidiana no acampamento, bem como reflexão sobre as formas de resistências e de manutenção da ciganidade entre as novas gerações. Considerando as reflexões debatidas nesse trabalho, buscou-se entender o termo “tempo dos ciganos” a partir da análise do tempo voltado ao resgate histórico da diáspora cigana, do nomadismo e das resistências por reconhecimento e de lutas por garantias de direitos para os ciganos.

**Palavras-chave:** Ciganos; Nomadismos; Resistências; Identidade Étnica.

**ABSTRACT:** The study aimed to reflect on the trajectories of a Gypsy (Roma) group and their social practices for the defense and maintenance of their way of life and ethnic identity. Through a qualitative study of a descriptive-exploratory nature, field diary records were made and interviews with members of the community were carried out during the immersion in the Gypsy camp. The analyses were performed through the debate on historical issues and current dilemmas, trajectories and contextualization of the Gypsy group in the region, daily experience in the camp, as well as reflection on the forms of resistance and the maintenance of Gypsyism among the new generations. Considering the reflections debated in this study, we sought to understand the term “time of the Gypsies” from the analysis of time aimed at the historical rescue of the gypsy diaspora, nomadism and resistance for recognition and struggles for guaranteeing gypsies’ rights.

**Keywords:** Gypsies; Nomadismo; Resistance; Ethnic Identity.

Percorrendo a tarefa de elaborar algumas reflexões sobre as trajetórias do grupo étnico denominado de cigano e as suas práticas sociais de defesa e manutenção de seu modo de vida e identidade étnica na atualidade, o presente estudo está organizado em quatro seções principais: (i) A longa viagem dos ciganos: história e dilemas atuais, que apresenta, brevemente, dados históricos gerais e nacionais sobre os povos ciganos; (ii) Trajetórias e contextualização do grupo na região, com informações mais específicas sobre eventos e temas relevantes ao grupo calon em território capixaba; iii) Dentro e fora da barraca: notas de campo, seção em que são descritas vivências junto ao grupo cigano e apresentadas algumas temáticas identificadas a partir da nossa imersão nos acampamentos; e (iv) Nomadismos e resistências, em que são elaboradas discussões sobre as formas de defesa da identidade cigana e manutenção da ciganidade entre as novas gerações do grupo.

Durante a imersão no acampamento cigano, as observações foram registradas em diários de campo e por meio de entrevistas que foram realizadas com membros do grupo calon, cujo conteúdo das narrativas permitiu a sua organização e análise conforme critérios temáticos (BARDIN, 2002; BEAUD; WEBER, 2007), nos fornecendo pistas para refletirmos, através de um olhar articulado entre a literatura da área, a trajetória relatada pelo próprio grupo e as experiências de campo, sobre os processos de afirmação identitária dos calon e de suas memórias de lutas e de resistências. Além disso, cabe destacar que o estudo seguiu todas as diretrizes de pesquisas com seres humanos e teve aprovação no Comitê de Ética em

Pesquisa, com código de registro CAAE: 76459417.8.0000.5542.

## A Longa Viagem dos Ciganos: História e Dilemas Atuais

A história dos povos pode ser ilustrada como um grande mosaico étnico (TEIXEIRA, 2008), formado por histórias de diversos grupos e subgrupos, que mantêm características como línguas, tradições e culturas distintas (FAZITO, 2006; MOONEN, 2012; PEREIRA, 1992). De acordo com Acton (1974), a maior falha na literatura sobre os povos ciganos é a supergeneralização, que os descreve de forma universal e, conseqüentemente, desvaloriza características que não se enquadram no protótipo do “cigano verdadeiro”, ignorando, portanto, a multiplicidade existente nos diferentes grupos e seus modos de viver a ciganidade.

Alguns estudos sobre os povos ciganos informam que, ao longo de sua história, os ciganos foram perseguidos, torturados, banidos, excluídos e expulsos pelas várias localidades em que estiveram (ANDRADE JÚNIOR, 2013; BONOMO et al., 2017; FERRARI, 2010; FONSECA, 1996; FRASER, 1992; MOONEN, 2012; 2013; MOSCOVICI, 2009; TEIXEIRA, 2008). Além disso, acrescenta-se como outras formas de anticiganismos as diversas formas políticas de extermínio e de legislações anticiganas presentes em diversos países (CSEPELI; SIMON, 2004; MOONEN, 2012; 2013; TEIXEIRA, 2008).

Ainda na atualidade, os ciganos continuam sendo descritos como um dos grupos étnicos mais estigmatizados e marginalizados dentre os grupos minoritários em diferentes territórios e nacionalidades (KENDE et al., 2017; MOONEN, 2012).

Também tem se verificado nos últimos anos a promoção de políticas de assimilação, modernização e controle social.

No contexto nacional, registros históricos indicam que os primeiros ciganos teriam chegado ao Brasil em 1574, junto com imigrantes e pessoas deportadas de Portugal (MOONEN, 2012); ou seja, em uma condição de exclusão que também marcaria a trajetória dos ciganos em terras brasileiras. Andrade Júnior (2013) aponta, por exemplo, que no século XVIII, as expulsões dos ciganos em território nacional ocorriam de maneira sistemática e permanente, em que se empregava “da velha política de mantenha-os em movimento” (TEIXEIRA, 2008, p.19).

Apesar de quase cinco séculos da presença de povos ciganos em território nacional, as informações acerca desses grupos e as políticas públicas voltadas a essa população ainda são superficiais e/ou inexistentes. Dentre os poucos avanços de políticas pró-ciganas no Brasil, podemos citar alguns marcos legais que foram, recentemente, criados para garantia dos direitos dos ciganos no Brasil (BRASIL, 2013a; 2013b; 2020), tais como: i) Decreto de 25 de maio de 2006, que institui o 24 de maio como o Dia Nacional do Cigano; ii) Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; iii) Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o princípio da não discriminação na rede de serviços de saúde; iv) Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, que afirma a não obrigatoriedade do fornecimento do endereço de domicílio permanente (comprovante de residência) para que uma pessoa cigana nômade se

cadastre no sistema de saúde; v) Parecer CNE/CEB nº 14/2011 e Resolução CNE/CEB nº 03/2012, que definem diretrizes do conselho nacional de educação para o atendimento em educação escolar para a população em situação de itinerância; vi) Inclusão no CADÚNICO (Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal), de marcador específico para a identificação e classificação de famílias ciganas.

Cesarino e França (2017) ressaltam, porém, que serviços essenciais (como saúde, educação e saneamento básico), que acabam sendo oferecidos de forma diferenciada aos grupos minoritários e comunidades tradicionais (inclusive aos ciganos) podem, por conta desta diferenciação, apresentar dificuldades, especialmente no que se refere à relação entre os ciganos e a população não-cigana. No que se refere às políticas públicas pró-ciganas no Brasil, Moonen (2013) destaca também que, além de serem recentes, ainda não atingiram os grupos ciganos que desconhecem por completo todos os seus direitos. Logo, apesar de avanços legais acerca da garantia de direitos dos povos ciganos brasileiros, “para transformar todas as recomendações, propostas e reivindicações em realidade, um longo caminho ainda terá que ser percorrido” (MOONEN, 2013, p. 53).

No âmbito acadêmico, por sua vez, os primeiros estudos sobre grupos ciganos no Brasil surgiram no início da década de 1980, paralelamente a outros estudos internacionais sobre os segmentos ciganos em outros lugares do mundo (FERRARI; FOTTA, 2014). Mesmo assim, estudos acerca dos ciganos no Brasil ainda continuam escassos. Entre pesquisas que focalizam

diretamente a população cigana como temática e participante de estudos, podemos citar alguns trabalhos exploratórios e de levantamento que evidenciam dilemas no contexto brasileiro contemporâneo, tais como: a invisibilidade dos povos ciganos nas políticas públicas (ALMEIDA; BARBOSA; PEDROSA, 2013; MOONEN, 2013; MURTA; SANTOS; SILVA, 2016), as dificuldades enfrentadas no acesso a serviços de saúde (MEDEIROS, 2011) e no processo de fixação entre famílias ciganas (SILVA, 2012; VAZ, 2009), além do dilema de manutenção da identidade cigana (CARDOSO & BONOMO, 2019; SIMÕES, 2014; KARPOWICZ, 2014).

No contexto de análise sobre os processos de pertença étnica, os próprios grupos ciganos se reconhecem como povo diversificado culturalmente, de modo que cada grupo ou subgrupo descreve diferentes aspectos relacionados à sua identidade, tais como linguagem, tradições, modos de vidas, entre outros (CSEPELI; SIMON, 2004; LAW; KOVATS, 2018). Nessa perspectiva, no presente estudo adotamos a interpretação de Moonen (2013, p.7), que defende que cigano seria “cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se autoidentifica como Rom, Sinti ou Calon, ou um de seus inúmeros subgrupos, e é por ele reconhecido como membro”.

## Trajatórias do Grupo na Região

Tendo em vista o objetivo de contextualizar a trajetória do grupo, nessa seção, são agrupadas algumas informações a partir de relatos dos líderes e integrantes do grupo, bem como de registros em diário de campo

durante imersão nos acampamentos, entre os anos de 2013 e 2017.

Em 2013, o grupo estava em um acampamento situado em área urbana de um município no estado do Espírito Santo. Naquele período, era composto por cerca de 20 famílias, e, em 2014, o grupo tinha, pelo menos, 50 pessoas, contando idosos, adultos e crianças, que ainda se mantinham nesse mesmo local. Nesse território, o grupo começou a acessar diferentes equipamentos públicos e o debate sobre a questão dos direitos da comunidade cigana começa a ganhar força, dentro e fora do acampamento.

Quando a gente começa a querer fazer parte, o outro tem que aprender a respeitar a gente. Os profissionais do CRAS tiveram que aprender sobre nós e atender a gente; as escolas, os professores e o pessoal do posto também tiveram que aprender sobre os nossos direitos e aceitar a gente lá. Então, acho que aos poucos eles vão entendendo que cigano é humano como todo mundo (cigano calon).

Após um período de mais de três anos acampado nessa cidade, em 2016, o grupo se mudou para outro bairro no mesmo município. Por falta de espaço apropriado para acomodar a todos, algumas famílias se mantiveram em terrenos particulares próximos ao novo acampamento, enquanto outras se instalaram em um terreno baldio e, outras ainda, se transferiram para cidades próximas na região.

Em 2017, houve uma segunda mobilidade territorial e algumas famílias se mudaram para cidades do interior do estado ou para outras regiões urbanas de outros municípios. Destacamos, no entanto, que em um período de quase cinco anos houve o registro de, pelo menos, três

mudanças de território, e, de duas alterações na organização grupal. Nesse último local, existiam 24 pessoas e o grupo estava com acampamento montado em um terreno público, localizado em cidade litorânea do estado. Nessa cidade, também havia outros acampamentos ciganos, além de várias famílias ciganas que estavam morando em casas.

No contexto da organização do grupo, parece ser interessante ressaltar que existem diferenças econômicas entre as famílias, e, conseqüentemente, diferenças nas barracas e seus pertences, por exemplo: algumas famílias possuíam móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e carro; já outras não possuíam nem cama, ou possuíam apenas uma cama e um fogão de lenha improvisado. Todavia, mesmo com condições econômicas diferenciadas, todos integrantes do grupo afirmam a preferência atual de viverem acampados juntos, incluindo aqueles que possuem terrenos próprios e aqueles que já tiveram experiências de viver em casas.

Apesar das famílias que compõem o grupo possuírem uma dinâmica de seminomadismo, realizando nomadismo urbano local entre bairros e cidades capixabas (pois, segundo informações do líder cigano, há, pelo menos, quatro décadas, algumas famílias não realizavam longas viagens), ainda assim, as lembranças dos períodos das viagens continuam a ser relevantes para aqueles que contam suas histórias de vida e que entendem sua identidade também apoiada nas “memórias do tempo das viagens”. Os integrantes mais idosos relatam sua história e descrevem que vivenciaram ativamente, por décadas, o nomadismo, período este denominado

por eles como “tempo das tropas de mula”, em que o grupo migrava através de caravanas.

Nós já andamos muito de cavalo, com as tropas de mula. Foi um tempo muito difícil. Tinha dia que a gente viajava de manhã, à noite, saía sem almoço, dormia pouco, chegava gente querendo brigar com nós, vinha mexer com nós aqui e nós estava quietinho... ai, a gente não gostava (calon).

Ao mesmo tempo, as lembranças dos períodos difíceis (tais como relatos de falta de lugar para “ranchar”, expulsões por parte dos donos dos terrenos, fome, cansaço, além de enfrentamento das condições climáticas de sol e de chuvas intensas) também são vistas como justificativas para o processo de fixação e o modo de vida seminômade que o grupo possui atualmente, que também inclui a necessidade que as crianças estudem.

Naquela época era muito difícil, era quase tudo era mata, num via uma escola. Quando achava uma escolazinha, lá no meio do mato, mais ou menos, nós não tinha prazo de estudar, porque daqui quatro, três dias, nós tão arrancando pra frente saindo. Não tinha um local certo pra nós ficar (calon).

Com o passar dos anos e em consequência dos efeitos da urbanização, muitos grupos ciganos foram se adaptando a acampamentos situados nas periferias e terrenos baldios das grandes cidades capixabas, e, conseqüentemente, novas dinâmicas de organização grupal e de sociabilidades foram surgindo.



Depois foi ficando difícil porque nós não tinha mais lugar pra colocar barraca adentro do asfalto, que a gente botava barraca antes. O povo fechou. Já não tinha mais lugar para cigano em lugar nenhum... num tinha lugar mais pra ranchar (calon).

Na seção 'Dentro e fora da barraca', a seguir, apresentamos relatos produzidos a partir da imersão no grupo durante o ano de 2017, nesse contexto de fixação territorial em uma cidade litorânea do estado, após várias migrações em zonas periféricas de um grande centro urbano capixaba. Ressaltamos que todos os nomes citados são fictícios, alguns escolhidos pelos próprios participantes ciganos.

### **Dentro e Fora da Barraca: Notas de Campo**

Após o deslocamento de parte do grupo para outra cidade, em 2017, recebemos instruções sobre o novo território, que se localizava em um terreno público, cedido provisoriamente. Ao chegarmos, foi possível notar mudanças advindas com o novo local do acampamento, com comentários positivos que destacavam a proximidade a uma creche, a pontos de ônibus e, principalmente, a outro acampamento cigano, instalado há anos no bairro. Outras vantagens também relatadas foram o acesso a serviços públicos, como escola, transporte público para as crianças e posto de saúde para o grupo. Além disso, o grupo mencionou a percepção de que naquele local havia uma vizinhança não-cigana mais tranquila e amistosa, não oferecendo tantas ameaças às famílias ciganas acampadas.

Melissa (27 anos) foi nos buscar no ponto de ônibus e nos convidou para sua barraca, para um café e para conversarmos sobre as novidades. Na ocasião, ela nos relatou que mesmo a família estando em terreno próprio, com uma casa recém-construída, eles foram obrigados a se mudar, novamente, devido à falta de segurança para os ciganos. Depois de um período de conversa com os adultos do grupo, fomos com as crianças ao campo de futebol (que existe ao lado do acampamento) e observamos que as crianças já estavam fazendo uso daquele espaço para brincadeiras coletivas, a ponto de nos apresentarem o local dizendo: "é público, é nosso também". Em experiências anteriores (em outros lugares), as crianças, muitas vezes, se sentiam restritas apenas ao espaço do acampamento e aos seus arredores, com algumas árvores e um lixão.

#### ***Com que roupa eu vou?***

Chegamos à barraca da Melissa e estavam ali apenas as mulheres, Melissa (27 anos), Angélica (27 anos), Violeta<sup>1</sup>, Rosa (54 anos) e Gabriela (11 anos), reunidas. Enquanto conversávamos sobre coisas cotidianas, Angélica costurava um vestido, e apesar da conversa seguir animada sobre outros assuntos, nossa curiosidade estava em observar como Angélica, que por sinal estava grávida do terceiro filho, costurava seu vestido colorido.

Fomos conversando sobre alguns tecidos para confecção dos vestidos das ciganas, em especial um vestido para a ciganinha Gabriela. Mas, aos poucos, a conversa ficou um pouco mais intensa, quando sogra e nora começaram a discordar se o tecido selecionado seria suficiente

<sup>1</sup> Participante idosa mencionou não se lembrar qual era a sua idade.

para fazer o vestido da menina. Nesse momento, Rosa se levantou do chão e foi correndo até a sua barraca, e retornou com uma fronha cheia de tecidos - coloridos, bordados, rendados - que retirando um a um, nos foi mostrando e explicando que aqueles tecidos estavam reservados para a confecção dos seus vestidos, mas que ela poderia doá-los para fazer o vestido da neta, visto que, segundo ela, as ciganas não poderiam usar vestidos pequenos e pouco rodados. Assim, naquele momento de ensinamento, Rosa salientava que a neta deveria usar um vestido bonito, e insistia que a menina não poderia usar um vestido “má feito”, ou seja, fora dos padrões mantidos pelo grupo.

Após alguns instantes de conversa, todas as mulheres ali presentes concordaram com os ensinamentos de vestimentas da Rosa (“vestido bonito é com uma roda bem grande no meio”), ou seja, que os vestidos bem rodados eram os melhores modelos. Quando perguntamos se aqueles vestidos - com tecidos finos, bordados, paetês, rendas e muitas cores - eram para festas ou ocasiões especiais, elas riram e responderam que “cigana sempre se veste assim”. Logo, ficou evidente o cuidado com os detalhes, os acabamentos da costura e a qualidade dos tecidos, bem como o orgulho de fazerem um vestido bonito.

Naquele momento, as três gerações de mulheres ali presentes (as idosas, as noras *gadjés* e a ciganinha de 11 anos), todas compartilhavam da importância de ser uma cigana bem vestida, de ter e de fazer uma roupa bonita, independentemente de haver alguma ocasião especial ou festiva. Também era possível observar que mesmo as ciganas mais idosas que apresentavam poucas condições econômicas, quando comparadas com

as mais jovens no grupo (por exemplo, com barracas menores, menos móveis e sem eletrodomésticos), também se preocupavam em ter um “dinheirim” para comprar “os pano” para fazer vestidos bonitos.

Nossa conversa continuou sobre as obrigações diárias das mulheres ciganas, tais como lavar roupas e outros cuidados com a barraca. Tivemos, assim, um momento descontraído de bate papo entre mulheres, enquanto os maridos estavam trabalhando no novo local onde eles planejavam montar novo acampamento.

Por volta do meio dia, as crianças chegaram da escola, empolgadas em contar que haveria uma festa em comemoração ao dia das crianças, organizada pela associação do bairro no campo de futebol próximo ao acampamento, e que todas estavam convidadas a participar. Ao contar sobre a festa, elas ficaram imaginando o que haveria de brinquedos, comidas e presentes, mas, o que realmente chamou a atenção, foi a menina Gabriela perguntar à sua mãe se ela teria que ir com “roupa de brasileiro” ou se poderia ir com seus próprios vestidos. Tal questionamento demonstrava a dúvida da menina de como estar vestida para se relacionar com os não-ciganos, pois, mesmo em uma ocasião comemorativa direcionada para todas as crianças do bairro, a preocupação era se ela poderia usar seu vestido novo ou se para brincar e participar da festa com as demais crianças não-ciganas ela precisaria estar vestida como “as brasileiras” ou “as gadjin”.

### ***Sobre olhares e fronteiras***

Percebemos que duas famílias haviam se mudado para o acampamento. Lucas (4 anos) e Mateus (12 anos) logo se

apresentaram, como se já nos conhecêssemos há muito tempo. Chegando à barraca da família de Lucas, que ainda estava sendo montada e organizada, fomos informadas que, antes da mudança para esse acampamento, eles moravam em casas em outra cidade (por um período de quase cinco anos). Porém, tinham decidido voltar para a barraca por não se adaptarem à vida em casas. A família enfatizava que em casas eles se sentiam presos, e que gostariam de oferecer às crianças uma vida de liberdade na barraca.

Nesse dia, duas visitas não-ciganas (uma tia e uma amiga) da Melissa chegaram ao acampamento, vindas de duas diferentes cidades vizinhas, para que pudessem almoçar com a família e depois irem à praia juntas. Após o almoço, fomos com as crianças “explorar” o lugar. As crianças nos levaram por trás das barracas, passando por baixo de cercas, mostrando os locais em que procuravam brinquedos a partir de objetos encontrados e explicaram como inventavam as próprias brincadeiras coletivamente. Dessa forma, elas mostravam que ainda se utilizam de brincadeiras antigas (a exemplo, morto vivo, o mestre mandou, obstáculos) e muita imaginação para aproveitar todos os recursos disponíveis no ambiente para se divertirem.

Após nossa saída do acampamento, foi interessante que no terminal de ônibus (local em que pegávamos o segundo transporte de retorno), nos encontramos com Jasmim (24 anos), que estava voltando para o acampamento após o trabalho (serviço de faxina em residências localizadas em cidades próximas). Vê-

la vestida com roupas de não-cigana, em um ambiente público, foi uma experiência interessante, tendo em vista que ela havia mencionado que algumas pessoas não a contratam ou não a deixam trabalhar sem fiscalização “quando ficam sabendo que é cigana”. Por isso, ela usa essa estratégia para não ser identificada como cigana (apesar de ser *gadjé* casada com cigano há cinco anos), para conseguir manter as faxinas:

Eles não falam nada não, mas olha a gente com aquela cara de que a gente fosse pegar alguma coisa. Eu sinto elas me encarando... aí ficam olhando de cima para baixo na gente, como se a gente fosse diferente. Eu não suporto ser olhada daquele jeito (esposa *gadjé*).

### **“Nós, os ciganos”, e “vocês gadjon<sup>2</sup>”**

O dia havia amanhecido nublado com forte previsão de chuvas. Ainda era cerca de 10 horas da manhã e, aparentemente, todos haviam terminado de almoçar ou ainda estavam comendo em suas barracas, e como não queríamos incomodá-los durante a refeição, fomos com as crianças para o campo de futebol para brincarmos. Contudo, assim que começamos as brincadeiras, percebemos que, principalmente os meninos, estavam muito agitados, e que não conseguiríamos brincar todos juntos naquele dia.

Chamou a atenção o fato de que tanto as crianças quando os adultos, com os quais conversamos neste dia, usaram muito os termos “gadjon e gadjin” para se referir aos não-ciganos. Quando perguntamos às crianças quem eram os gadjon, elas responderam, por exemplo: “Eles são

---

<sup>2</sup> *Gadjon* é como o grupo chama os não-ciganos (homens ou pessoas em geral) e *gadjin/gadjé* é quando se referem a mulheres não-ciganas.



todos que não é como a gente” (menina, 11 anos); “Eles são como você, assim... eles não são cigano não” (menino, 9 anos); “Mas só a gente pode chamar eles de gadjon e gadjin, é assim que a gente conhece eles” (menina, 8 anos).

Observamos que até as crianças menores fizeram falas bem marcantes, diferenciando os ciganos dos não-ciganos. Por exemplo, quando estávamos brincando no campo de futebol, Lucas e Ana (ambos com 4 anos) nos mostraram as pessoas passando na rua durante a saída da creche e diziam quem era cigano e quem não era: “aquele ali é gadjon. Mais gadjon saindo da escola...” – e, assim, eles foram identificando as pessoas na rua. Até que Ana apontou para uma pessoa e falou: “Aquele ali é um pobre”. Quando perguntamos o que era um pobre, as duas crianças tentaram explicar: “Tem cigano e tem pobre, e aquele ali é um pobre. Meu pai fala que a gente é pobre também, mas eu sou é cigana. Nós temos barraca porque é cigano, não pobre” (Ana, 4 anos).

Mesmo com pouco vocabulário, devido à pouca idade, eles tentavam explicar que existiam os gadjon (os não-ciganos), os ciganos e os pobres. Em meio às justificativas, ambas as crianças afirmavam: “meu pai é cigano, minha mãe é cigana e eu sou cigano também” (Lucas, 4 anos); “o meu é cigano também! Eu sou cigana, minha mãe é cigana. Minha irmã é cigana e minha irmãzinha, que vai nascer, vai ser cigana” (Ana, 4 anos). Parecia, portanto, ser muito importante para aquelas crianças mostrarem que elas eram ciganas, e destacar que o estilo de vida e a barraca eram questões culturais, e não falta de opção.

Curiosamente, neste dia, apesar do grupo parecer mais agitado

e identificar com mais frequência “os gadjons”, ao mesmo tempo, também pudemos perceber falas nas quais o grupo evidenciava a identidade cigana (por exemplo: o “nós ciganos”, “todos os ciganos pensa assim”). Portanto, pudemos observar situações cotidianas nas quais as pessoas do grupo categorizavam a si (em relação ao grupo) e as demais pessoas não-ciganas.

Outro momento interessante foi quando perguntamos ao Daniel (10 anos) o que para ele significava ser cigano e ele respondeu que gostava de ser cigano, que ele era cigano, mas também disse que os não-ciganos brigavam muito com ele por ser cigano, e que, por isso, ele era levado com muita frequência para a coordenação da escola. Era perceptível a tristeza do menino ao relatar as dificuldades que ele estava enfrentando no ambiente escolar, tanto em relação ao aprendizado quanto às interações sociais na escola local. A esse respeito, Daniel relatou ainda que percebia que a sua professora não estava dando atenção necessária para ele, e que era a mãe e, principalmente, a irmã mais velha (11 anos) que tentavam explicar o conteúdo que ele não tinha entendido em sala de aula.

### *A ciganinha e sua boneca*

O dia estava quente e ensolarado. Quando chegamos ao acampamento, nossa primeira impressão foi de que todos estavam arrumando alguma coisa em suas barracas. Então, aproveitamos para conversar com Gabriela (11 anos). Nesse contexto, pela primeira vez, ela contou que estava prometida em casamento, e que até já havia conhecido a família do futuro noivo. Ao falar do pretendente, a menina o descreveu como um rapaz de 15 anos

e “um cigano legítimo e de boa família”. Ao mesmo tempo, Gabriela também enfatizou que, apesar de já estar prometida, ela e o noivo não poderiam se beijar ou saírem sozinhos; que eles e seus pais deveriam ir se conhecendo e conversando, por cerca de três a quatro anos, antes deles realmente se casarem.

Foi interessante observar que Gabriela, ao mesmo tempo em que falava do noivo e das expectativas relacionadas a seu casamento, também apresentou sua boneca favorita, que segundo ela, é a “boneca de vestido de cigana”, que a sua mãe confeccionou. Também foi interessante observar que, espontaneamente, após nossa conversa, a menina foi lavar as louças e cuidar de algumas tarefas da barraca, afirmando que quando os pais saem, ela se sente responsável pelo cuidado da barraca e dos irmãos. E ainda, relatou com uma expressão de empolgação e orgulho que já sabia cozinhar, limpar a barraca e que até fazia café.

### ***Cantorias e benzeduras***

Como é comum no cotidiano das mulheres ciganas, percebemos que no horário de cerca de 10 horas da manhã, todas as mulheres estavam ocupadas com obrigações da barraca, pois, mesmo à distância, era possível observar que Angélica estava fazendo o almoço para seu marido, Rosa tentava manter o fogão à lenha aceso para cozinhar, e Jasmim também estava agitada, limpando e cozinhado em sua barraca.

Nesse dia, o acampamento recebeu visita de ciganos que vieram de outro estado, de outros locais próximos e de um terceiro acampamento que existe no bairro. Em certo momento, fomos assistir o

sobrinho de Rosa tocar violão e cantar a nova música de sua autoria. Todos foram se juntando para ouvir a apresentação da música, que estava sendo muito apreciada, principalmente pelos mais idosos. Milena (8 anos), que mostrou já saber toda a letra, também ia cantando junto e explicando o que aquela música significava. Dizia a menina que, a cada frase, ia cantando e explicando o que aquilo significava com relação à história de vida do cantor. Milena, então, enfatizava que ele era cigano e que aquela letra era sobre a história de “desilusão amorosa” que ele sofreu ao se apaixonar por uma mulher de outra cultura.

Na barraca de Melissa, outra visita, com a filha de dois meses, se juntava à prosa das mulheres. Pudemos presenciar a *gadjé* (casada há 9 anos com cigano) preocupada em educar a filha na tradição cigana, já pensando em fazer vestidos para a menina. Quando Rosa chegou à barraca, essa amiga *gadjé* falou para a senhora que a filha estava com asma, e que mesmo tendo levado a menina ao médico na semana anterior, queria que Rosa fizesse um “remédio do mato” e uma benzedura para curar a filha. Ao participar dessa conversa, relatam regras dos remédios tradicionais, das práticas de benzedura e das crenças compartilhadas por aquelas mulheres (por exemplo: amuletos com pelos de gato para aliviar chiado no peito; garrafadas com plantas e ingredientes, que tinham efeitos curativos para doenças como asma, pneumonia e até espinhela caída). Depois de alguns minutos, fomos para a barraca da Dona Lis (que segundo o seu filho, já estaria com mais de 95 anos). De acordo com Lis, ela era “a única cigana do grupo que sabia ler a sorte”, e que até poderia se esquecer de muita

coisa, mas que “não esquece que é cigana legítima”.

### ***Memória dos troncos velhos***<sup>3</sup>

Ao chegarmos nesse dia, notamos que o líder já estava sentado embaixo de uma árvore. Sentamos, então, todos juntos com João e fomos conversando, contando ‘causos’ e as novidades do dia-a-dia. Dona Rosa andou até muito longe para buscar pedaços de madeira, acendeu o fogão à lenha, preparou o café, depois lavou e estendeu o coador em uma árvore ao lado da pia, e veio até nós com um sorriso brilhante pelas pratas em seus dentes e pela satisfação de servir um café fresquinho.

Com a presença do violão, nosso assunto foi direcionado para as músicas e cantores ciganos. Marcos (27 anos) foi nos apresentando vários cantores e duplas sertanejas ciganas em vídeos no Youtube. A maior parte falava de paixões intensas, de amores e desilusões amorosas. Contudo, nos chamou a atenção quando um dos vídeos mostrava um menino cantando em caló. Nesse instante, pai, filha e avó, demonstravam uma grande satisfação pelo fato de eles entenderem o que estava sendo cantado, enquanto nós não entendíamos nada.

Continuando a conversa com o senhor João, entre os relatos sobre a memória dos antigos, a figura da curandeira Maria da Luz, que vivia na floresta, onde os ciganos que sofriam de diferentes males buscavam ajuda para o alívio de suas dores, se revela. Nos conta que os principais recursos para a elaboração dos remédios era o que a árvore de jatobá<sup>4</sup> oferecia – suas folhas, frutos e cascas, tudo transformado em saúde. Considerada

por eles como a árvore dos ciganos, ela segue como um símbolo de proteção, cura e referência de força. Na conversa com o líder, ele nos contou ainda o que para ele era ser cigano, falou sobre as memórias do tempo das tropas de mulas, sobre os ensinamentos dos troncos velhos, ou seja, sobre a “sabedoria que os troncos velhos deixou de herança das geração antiga para as geração mais nova”, como a manutenção da tradição das barracas, das vestimentas, de costumes que regulam as relações entre os ciganos e a educação dos mais novos “pra ser cigano e o grupo não morrer”.

## **Nomadismos e Resistências**

Diante do longo histórico de discriminação e violências sofridas, Teixeira (2008) sugere que a principal e mais duradoura façanha da história cigana é a sua sobrevivência em meio a tantas condições desfavoráveis. Como clamava o líder cigano Manush Romanov, diante da história de opressão e violência contra seu povo, que ainda pode ser testemunhada na atualidade: “Enterrem-me em pé. Passei de joelhos toda a minha vida” (FONSECA, 1996).

Dentre as principais estratégias desenvolvidas para garantir a sobrevivência e a manutenção da cultura cigana, o nomadismo, que é comumente atribuído aos grupos ciganos (BATISTA; MEDEIROS, 2015; MOONEN, 2013), além de ser um fator identitário e característico para os diversos grupos que adotaram um estilo de vida errante (com caravanas de viagens e habitação em barracas), ao mesmo tempo, também tem sido

<sup>3</sup> Os idosos do grupo utilizavam o termo “troncos velhos” tanto para se auto-denominarem como para se referirem aos seus antepassados.

<sup>4</sup> A árvore de jatobá era considerada pelo grupo cigano como a árvore dos ciganos e, segundo os idosos do grupo, representava a memória dos tempos das tropas de mula e um símbolo do tempo dos ciganos.

uma estratégia, historicamente mencionada, como forma de preservação cultural através da fuga em meio a perseguições, banimentos e expulsões (BATISTA; MEDEIROS, 2015).

Segundo Fazito (2006), alguns ciganólogos concebiam o nomadismo dos grupos ciganos a partir da ideia de instinto ou natureza, de modo que aqueles que se fixavam eram vistos como “falsos ciganos” ou “menos ciganos”. Outros autores (BATISTA; MEDEIROS, 2015; MAESTRI, 2017), por outro lado, evidenciam que a história do nomadismo é uma história de rejeição, de perseguições sofridas por grupos, que foram constantemente segregados e expulsos das terras por onde passavam em sua diáspora. Logo, uma questão que merece ser ressaltada é o cuidado com a generalização do nomadismo como “condição essencial” para a construção da identidade cigana, pois, poderia legitimar uma falsa crença que contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias (FAZITO, 2006; TEIXEIRA, 2008).

A invisibilidade social também é vista por alguns autores como estratégia de sobrevivência (MOONEN, 2013; TEIXEIRA, 2008). Andrade Júnior (2013), por exemplo, afirma que permanecer estranho ao outro é uma das táticas encontradas pelos ciganos para não segmentar suas práticas culturais. Teixeira (2008) também compartilha dessa perspectiva ao afirmar que o nomadismo permitiria aos povos ciganos a manutenção da identidade étnica e autonomia frente aos cerceamentos da sociedade brasileira, posto que, em meio a perseguições e à discriminação sofridas, não ser notado poderia até ser considerado como estratégia de preservação. Como dizia

um líder calon capixaba, “nós somos como o vento, vamos passando sem ninguém ver pra poder seguir pra frente”.

Por meio dos relatos do grupo sobre suas histórias, trajetória no território capixaba e as atuais dificuldades para conseguir permanecer em algum lugar, sem serem expulsos após organização dos acampamentos, se revive a jornada histórica dos povos ciganos “em busca de um bom lugar” (líder cigano capixaba). A segregação residencial dos ciganos pode servir, portanto, como diagnóstico social que expressa a exclusão que eles têm enfrentado em muitas outras dimensões da vida, em meio à convivência cotidiana com as sociedades locais e enfrentamento às sociabilidades hegemônicas.

No contexto local, pudemos perceber os reflexos e a força de diferentes formas de violência em resposta ao reconhecimento do grupo como cidadãos de direito, quando passaram a tentar acessar diferentes espaços da esfera pública: foram banidos de diversos territórios e lançados para fora dos circuitos de centralidade. Essa segregação pode se manifestar em um duplo sentido (OLMOS; GARRIDO, 2009): pelo não-cigano, que o discrimina porque o define como o “outro” e lhe atribui o *status* de indesejável naquele local, e pelo próprio cigano, que acaba constrangido à acionar estratégias de fechamento, como o nomadismo e a *guetização* como formas de defesa grupal.

Uma reflexão que precisa ser produzida nesse espaço de debate, portanto, sobre as práticas culturais naturalizadas, como resistência aos embates históricos de massificação e violação do modo de vida desse segmento étnico, deveria incluir os efeitos dessa ambiguidade sobre a

dimensão dos direitos humanos dos povos ciganos, que, no Brasil, como sabemos, apenas recentemente aparecem na pauta das políticas públicas. Apesar de serem praticamente inexistentes as políticas públicas pró-ciganas no Brasil (BRASIL, 2020; MOONEN, 2013), é importante destacar no grupo capixaba a defesa de uma cidadania cigana e o surgimento de um debate sobre o reconhecimento dos seus direitos, posição que amplia as possibilidades de os diferentes grupos ocuparem os espaços de mobilização societária.

As pessoas acham que a gente viajava porque não queria parar em canto nenhum. A gente ficava rodando porque a gente nunca teve lugar. A gente quer fazer parte da sociedade, mas se envolver na sociedade como cigano e não como gadjon (líder calon).

Como identidades calon, portanto, entre as diversas estratégias de defesa e de manutenção da ciganidade, que também são relatadas na literatura e que foram evidenciadas pelo grupo, incluem: a) proteção grupal, que garantiu a defesa mútua entre o grupo em sua história; b) proteção da língua falada, que é ágrafa e é mantida “secreta” para os não-ciganos (ANDRADE JÚNIOR, 2013); e c) proteção das identidades e das tradições a partir das regras nas formações grupais e nas relações matrimoniais (OZKAN, 2006).

Conforme resultados apresentados, através da reflexão sobre aspectos históricos, políticas públicas pró-ciganas e trajetórias dos ciganos calon presentes no estado do Espírito Santo, é possível observar práticas sociais de defesa e de manutenção de seu modo de vida e identidade étnica cigana, em meio a

embates históricos e contemporâneos de exclusão e discriminação dessa etnia. Nesse cenário, os grupos calon afirmam a valorização da socialização étnico-familiar nos grupos ciganos, como uma possibilidade de manter a transmissão de ensinamentos na vida cotidiana, bem como na construção de uma identidade étnica, que reforça o orgulho em relação a essa pertença desde a infância das crianças calin.

A resistência identitária e de afirmação do modo de vida e da sociabilidade dos ciganos, portanto, pode ser observada no grupo através de falas e eventos que evidenciam a defesa de uma cidadania cigana, o surgimento de espaços de reconhecimento e garantia dos seus direitos, os desafios e as lutas por lugares de existência (tanto nômade quanto pela fixação territorial), bem como as lutas pela educação étnica e formal das novas gerações. Nessa perspectiva, poderíamos acrescentar que as lutas dos ciganos, além de reconhecimento de suas identidades e modos de vida, também são por território, saúde, assistência social e educação (MOONEN, 2013).

## Considerações Finais

Este estudo teve o objetivo de elaborar algumas reflexões sobre as trajetórias do grupo cigano e suas práticas sociais de defesa e manutenção de seu modo de vida e identidade étnica. Conforme resultados apresentados nas quatro seções, foi possível observar um breve panorama da história e do contexto social contemporâneo dos povos ciganos, que ainda são marcados por preconceitos e práticas excludentes; no contexto do território capixaba, as trajetórias do grupo calon foram relatadas através do resgate histórico dos “tempos das caravanas” e da



memória dos antepassados, de eventos que marcaram a memória do grupo, inclusive, eventos de discriminações e expulsões sofridas ao longo do período de, pelo menos, quarenta anos de nomadismo na região.

Na terceira seção, os relatos sobre os eventos cotidianos, no acampamento e no interior das barracas ciganas, nos permitem observar outros aspectos desse modo de vida dos ciganos em tempos de nomadismo urbano. Nesse cenário, a segregação residencial revela um diagnóstico social que expressa aspectos das exclusões de diversas ordens, pois, tanto nos relatos do passado (“tempo das tropas mula”) quanto nas falas de um futuro almejado (sobre o “tempo de uma vida cigana” que ainda não se concretizou), o nomadismo do grupo se apresenta como estratégia de resistência e de sobrevivência. Entre o almejar pela estabilidade na próxima geração e a manutenção das tradições, em meio às condições de negação de direitos, os grupos ciganos locais têm se mantido seminômades, vivendo o modo de vida conhecido pelo grupo e pelos seus antepassados, muitas vezes, tendo que lidar com formas precárias de habitar na cidade ou de se manter o nomadismo urbano.

Na última seção, por sua vez, refletimos sobre a defesa da identidade cigana e a manutenção da ciganidade entre as novas gerações do grupo, especialmente, através de lutas por reconhecimento de suas identidades, por acesso e garantias de seus direitos. Nessa perspectiva, observamos que quando o grupo começou a acessar diferentes aparelhos públicos e os primeiros debates sobre a questão dos direitos da comunidade cigana começaram a surgir, concomitantemente, práticas

de exclusão também se tornaram mais frequentes.

Considerando as análises e debates desenvolvidos ao longo desse trabalho, evidenciamos a relevância de novos estudos com os povos ciganos a fim de se elaborar formas de proposição de políticas públicas pró-ciganas que atendam as demandas dos grupos ciganos no contexto social contemporâneo, pois, segundo Gomes, Moura e Alves (2019), a discussão de pautas da sociedade civil seria uma das melhores formas de se transformar demandas em políticas públicas. Por fim, podemos entender que “no tempo dos ciganos” se refere a um tempo voltado ao: resgate do tempo histórico da diáspora cigana; tempo do nomadismo através das caravanas e “tropas de mula”; tempo dos nomadismos urbanos atuais; tempo de reconhecimento de direitos e de lutas por garantias de direitos pelos ciganos; tempo de almejar “novos modos de vida” para as futuras gerações; e, especialmente, tempo de se discutir sobre a questão social cigana e de questionar sobre a necessidade de construção de políticas públicas condizentes com as demandas e especificidades dos próprios ciganos.

## Referências

ACTON, T. **Gypsy politics and social change**. London: Routledge/Kegan Paul. 1974.

ALMEIDA, M. G.; BARBOSA, D. R. M.; PEDROSA, J. I. S. Trilhas da iniquidade: saúde de povos ciganos e políticas públicas no Brasil. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v.4, nº3, p. 1116-1129, 2013.

ANDRADE JÚNIOR, L. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista**

**Brasileira História**, v.33, n° 66, p.95-112, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2002.

BATISTA, R. R.; MEDEIROS, M. J. C. Nomadismo e diáspora: sugestões para se estudar os ciganos. **Revista Antropológicas**, v. 26, n° 1, p. 201-230, 2015.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

BONOMO, M., et al. Os eternos estrangeiros: contato, campo afetivo e representações sociais de ciganos entre não ciganos da grande Vitória/ES. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.12, n.3, p. 1-19, 2017.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas Para Povos Ciganos**. SEPPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília. 2013a. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos/view>.

BRASIL. Ministério Público Federal. **6ª. Coletânea de artigos. Povos Ciganos: Direitos e Instrumentos Para Sua Defesa**. Brasília: MPF. 2020.

BRASIL. **Relatório Executivo I Semana Nacional dos Povos Ciganos, 20 a 24 de maio de 2013**. SEPPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília. 2013b. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/comunidade-tradicionais/relatorio-executivo-brasil-cigano.pdf>.

CARDOSO, G. K. A. de & BONOMO, M. Infância Calin: Socialização Étnica e Identidade Social entre Crianças Ciganas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 (n.spe), e222651, p. 67-84, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222651>.

CESARINO, F. N.; FRANÇA, E. T. Entre ciganos e índios: comparativo das políticas públicas do Brasil e da União Europeia para as minorias. **Marupiara – Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins**, v.1, n°1, p. 1-17, 2017.

CSEPELI, G.; SIMON, D. Construction of roma identity in Eastern and Central Europe: perception and self-identification. **Journal of Ethnic and migration studies**, v. 30, n°1, p.129-150, 2004.

FAZITO, D. A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. **Revista de Antropologia**, v.49, n°2, p. 689-729, 2006.

FERRARI, F. **O mundo passa. Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

FERRARI, F.; FOTTA, M. Brazilian Gypsology – a view from anthropology. **Romani Studies** 5, v. 24, n2, p.111-136, 2014.

FONSECA, I. **Enterrem-me em pé: a longa viagem dos ciganos**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

- FRASER, A. **The gypsies**. Oxford: Blackwell Publishers. 1992.
- GOMES, S.; MOURA, J.; ALVES, J. O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 32, n. 87, p. 623-640, 2019. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i87.21717>.
- KARPOWICZ, D. S. A unidade na diversidade: aspectos sobre a construção da identidade cigana. **Oficina do Historiador**, v.1, n7, p. 138-152, 2014.
- KENDE, A., et al. Anti-Roma attitudes as expressions of dominant social norms in Eastern Europe. **International Journal of Intercultural Relations**, v.60, p. 12-27, 2017.
- LAW I.; KOVATS, M. Roma Identity and Diversity. In **Rethinking Roma. Mapping Global Racisms** (pp. 21-63). Palgrave Macmillan, London.2018.
- MAESTRI, G. Are They Nomads, Travellers or Roma? An analysis of the multiple effects of naming assemblages. **Área**, v.49, n°1, p.18-24. 2017.
- MEDEIROS, C. M. **Uma análise da cultura cigana e sua influência no processo de saúde e adoecimento: contribuições para a Estratégia Saúde da Família**. (Trabalho de conclusão de curso em Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.
- MOONEN, F. **Anticiganismo: Os ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Cigano. 2012.
- MOONEN, F. **Políticas ciganas no Brasil e na Europa: subsídios para encontros e congressos ciganos no Brasil**. Segunda edição revista e ampliada. Recife: Núcleo de Estudos Cigano. 2013.
- MOSCOVICI, S. Os ciganos entre perseguição e emancipação. **Sociedade e Estado**, v.24, n.3, p.653-678, 2009.
- MURTA, J. B.; et al. A invisibilidade cigana no Brasil: que ações podem ser desenvolvidas pelo profissional de serviço social? **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciencias Sociales**, v.3, n.5, p. 205-226, 2016.
- OLMOS, J. C. C., GARRIDO, Á. A. Procesos de segregación residencial en la población gitana. El caso Almeriense. **Revista de Estudios Regionales**, n°85, p.173-196, 2009.
- OZKAN, A. R. Marriage among the gypsies of Turkey. **The Social Science Journal**, v.43, n.3, p. 461-470, 2006.
- PEREIRA, C. D. C. Ciganos: A oralidade como defesa de uma minoria étnica. In H. C. TORAL (Ed.), **Oralidad anuario para el rescate de la tradición oral de America Latina y Del Caribe**. La Habana: Editora Oficina Regional de Cultura de la Unesco para América Latina y el Caribe, ORCALC. 1992. p. 34-39.
- SILVA, L. F. Processo de fixação entre famílias ciganas em Limoeiro do Norte, Ceará: estigma e mudanças socioculturais. **Cadernos do LEME**, v.4, n.1, p. 34-46. 2012.

SIMÕES, S. R. C. F. **Vida cigana: aspectos que configuram as atuais dinâmicas das mudanças dos ciganos brasileiros.** Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Palhoça. 2014.

TEIXEIRA, R. C. **A História dos ciganos no Brasil.** Núcleo de Estudos Ciganos, Recife. 2008.

VAZ, D. Geografia e diversidade cultural. Territorialização de um grupo cigano em Goiás, Brasil. Cuadernos de Geografia - **Revista Colombiana de Geografia**, v.1, n.18, p.83-97, 2009.

**Apoio:** Agradecimentos ao CNPq pela Bolsa concedida à primeira autora durante o período de mestrado, assim como à FAPES pelo apoio concedido atualmente.